

---

## Tempo, Política, Estado e Sociedade: notas iniciais sobre História Política

*Time, Politics, State and Society: first notes on Political History*

Raquel Anne Lima de Assis \*

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar, em linhas gerais, o processo de renovação da História Política e sua relação com a História do Tempo Presente. Assim, por meio de uma discussão bibliográfica, apresentaremos como a História Política passou de uma posição hegemônica na historiografia do século XIX, passando por um período de marginalização nas discussões da Escola dos Annales, até seu retorno no que chamamos de Nova História Política na segunda metade do século XX. Essa Nova História Política se caracterizou por algumas particularidades metodológicas, que são destacadas neste texto, assim como pelo seu diálogo interdisciplinar com a História do Tempo Presente. Portanto, buscamos com o presente trabalho apresentar algumas noções introdutórias para aqueles que estão iniciando seus estudos no campo da História Política.

**Palavras-chave:** História Política; História do Tempo Presente; Estado e Sociedade.

**Abstract:** The aim of this text is to present, in general terms, the renewal process of Political History and its relation with History of Present Time. Thus, through a bibliographical discussion, we will show how Political History went from a hegemonic position in the 19th century historiography, facing a period of marginalization in the discussions of the Annales School, until its return to what we call New Political History in the second half of the 20th century. This New Political History was characterized by some methodological particularities, which are highlighted in this text, as well as by its interdisciplinary dialogue with History of Present Time. Therefore, with this article we seek to present some introductory notions for those who are beginning their studies in the field of Political History.

**Keywords:** Political History; History of Present Time; State and Society.

*“Etimologicamente, a história política é a da cidade, quer dizer, no mundo grego onde nasceu, a do Estado e dos cidadãos que o constituem. Ela tratará, portanto, no interior, do funcionamento dos poderes públicos, das mudanças que os afetam, das medidas (leis, decretos...) por eles tomadas e das reações eventuais do corpo social ou de qualquer de seus elementos a essas medidas. Ela também interessar-se-á pelas relações, na guerra e na paz, entre a cidade e as forças exteriores que lhe são, sob certos aspectos, comparáveis: as outras cidades gregas e os Estados, até mesmo as hordas bárbaras”.*

Trecho do verbete “História Política” de P. Lévêque extraído do *Dicionário das Ciências Históricas* organizado por André Burguière.

---

\* Professora adjunta do curso de História da Universidade Federal de Roraima (CHIS/UFRR). Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). Coordenadora do Programa de Extensão "O Mundo Contemporâneo: Leituras, Fontes e Ensino de História" (CHIS/UFRR). E-mail: [raquel@getempo.org](mailto:raquel@getempo.org).

“A palavra **política** não pode ser entendida separada da ideia de ‘poder’. O poder, por sua vez, às vezes é confundido com o Estado, instituição normatizadora da vida em sociedade. Entretanto, o poder não é unicamente o Estado, pois está disseminado por toda a sociedade. E também a atividade política não se dá exclusivamente **no** Estado.

Trecho do verbete “Política” extraído do *Dicionário de Conceitos Históricos* de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva.

Marc Bloch, em *Apologia da História* (1949), já nos dizia que o historiador é como o ogro da lenda, “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (Bloch, 2001, p. 54). Esses homens e mulheres, alvos dos historiadores, são seres políticos. A própria história nasceu na Grécia Antiga com Heródoto de Halicarnasso e Tucídides preocupados em narrar a história das Guerras Médicas e do Peloponeso, e como já nos dizia Carl von Clausewitz em seu tratado militar *Da Guerra* (1832): “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma condição das relações políticas, uma realização desta por outros meios” (Clausewitz, 2003, p. 27).

Essa inter-relação entre conflito e política também está presente em *Leviatã* (1651) de Tomas Hobbes. Para o filósofo inglês, a formação do Estado é oriunda do conflito entre os indivíduos, pois o estado de natureza do homem é configurado pela “guerra de todos contra todos”. Logo, surgiu a necessidade de criação de um Estado para controlar esse contexto de anarquia (Hobbes, 2014). Essa é uma abordagem voltada para o realismo político, também identificada em Nicolau Maquiavel que, em *O Príncipe* (1532), não procurou descrever como deveria ser a política, mas como ela era. Assim, o filósofo e diplomata florentino nos ensinou o que um chefe político, neste caso o príncipe, deveria fazer para manter a estabilidade do seu reino.

Esses são alguns dos pensadores que marcaram o pensamento ocidental e ajudaram a fomentar o conhecimento do que entendemos como política. Atualmente, observamos como a política não é restrita a alguns grupos selecionados. Ela está presente nas redes sociais quando seguimos páginas, curtimos e compartilhamos postagens e comentamos nossas indignações e opiniões. Ela também está nas ruas, seja nas eleições, passeatas ou manifestações. Ou ainda no cotidiano nas nossas relações de poder no trabalho, nas escolas, nos muros das faculdades, nas relações de gênero, na

forma como enxergamos o mundo e no regime político que vivemos e nos empenhamos em manter, modificar ou derrubar.

Portanto, observamos como a política nos forma como seres sociais, algo que Jean-Jacques Rousseau já nos mostrava, ao afirmar que ao saírem do seu estado de natureza os indivíduos perceberam suas relações entre si. Desta forma, surgiu a necessidade de criação de um *Contrato Social* (1762) na formação do Estado que fosse capaz de manter o povo soberano, e não sob o jugo do egoísmo de alguns grupos. Ou seja, a ideia de liberdade entre os povos sob as mesmas leis para evitar um ambiente de desigualdade.

Ideias como essas que nos ajudaram a constituir o pensamento democrático que tanto almejamos e lutamos para colocar em prática em nosso cotidiano. Isso é política. Como poderia a História se eximir de estudá-la? Não pode. Não pode, segundo François Bédarida, porque o historiador possui uma função social ou responsabilidade social (Bédarida, 2005, p. 227). Seguindo essa perspectiva, esse texto tem como objetivo apresentar algumas noções básicas do que se constitui como História Política e suas mudanças como campo historiográfico. Faremos isso através de uma revisão historiográfica em um diálogo com a História do Tempo Presente para responder os seguintes questionamentos: Por que estudar História Política? O que estuda a História Política? Como estudar a História Política? Como o campo se formou? Esses são nossos problemas norteadores.

### **Ascensão e declínio do campo**

Como vimos, diferentes filósofos e pensadores já discutiam sobre a política, mas somente no século XIX ela se formou como um campo historiográfico. Esse período é marcado pela profissionalização da História, em que historiadores como Victor Duruy, Ernest Renan, Fustel de Coulanges ou ainda Gabriel Monod e Ernest Lavisse procuraram tornar a história uma ciência positiva, baseada na cientificidade e na imparcialidade. Segundo François Dosse, podemos classificar o século XIX como o “século da história”, pois o gênero histórico se profissionalizou, dotando-se de um

método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento (Dosse, 2003, p. 37).

Esses historiadores formaram o que chamamos de *Escola Metódica*, ao tentar inserir a disciplina no mesmo rol das ciências exatas em um processo de rompimento com a literatura (Idem). Em outras palavras, os historiadores deste período buscavam se afastar de uma estrutura estética para tentar alcançar uma objetividade própria das ciências. Assim, procuraram estabelecer normas específicas do campo, nas quais tornaram o historiador pertencente a uma comunidade de profissionais.

Claro que não eram ingênuos ao ponto de negar completamente o subjetivismo do historiador. Dentre esses historiadores estavam Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos que, ainda conforme Dosse,

estão conscientes que os “fatos” sobre os quais os historiadores trabalham resultam de uma construção social que convém colocar em perspectiva, graças ao método crítico dos documentos tanto do ponto de vista externo, de sua autenticação quanto do plano interno, qualificado também de hermenêutica (Ibidem, p. 43).

Seignobos já não via os documentos como fatos em sua autenticidade, mas como representações do que foi. Para ele, a escrita da História era um trabalho indireto do historiador que constrói os fatos por meio do raciocínio. Portanto, se afastando de uma imagem caricatural, os historiadores da Escola Metódica tinham ciência que a história era uma construção, porém acreditavam que o historiador tinha a capacidade de controlar sua imparcialidade (Ibidem, p. 42). A denúncia da *Escola dos Annales* - fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre - recaía sobre Fustel de Coulanges ao idolatrar o documento e acreditar que poderia retirar tudo do texto (Ibidem, p. 45). Ou seja, uma verdade objetiva poderia ser encontrada na descrição das fontes.

Assim, entre autores como Coulanges, havia uma valorização de documentos oficiais produzidos por instituições, chefes políticos e militares, diplomatas, entre outros, no que remete à administração e funcionamento do Estado, organismos e governos. Desta forma, a História Política começou a ganhar espaço em um meio que estava a serviço do nacional. Ou seja, no período oitocentista, verificamos construções de identidades nacionais e de formação de Estados-nações em que estas sociedades procuravam escrever sua história e identidade a partir de vestígios históricos.

Segundo Eric Hobsbawm, o século XIX foi marcado por tradições inventadas, que se constituíam como projetos políticos que procuram criar uma identidade de pertencimento de um grupo com uma determinada nação. Assim, um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras subentendidas ou abertamente aceitas e de natureza ritual ou simbólica, visavam estabelecer certos valores e normas de comportamento através da repetição. Isso implicava uma ideia de continuidade em relação ao passado. Um passado comum para aquele grupo (Hobsbawm, 1997). Portanto, os historiadores atendiam a uma demanda social em um período de valorização do nacionalismo.

Neste contexto, a História Política tornou-se dominante, mas Peter Burke nos chama atenção para o fato de que houve, no final do século XIX, um movimento que procurava contestar essa hegemonia da História Política, antes mesmo da *Escola dos Annales* (Burke, 2010, p. 20). É comum associarmos esse século aos historiadores positivistas que estavam voltados para narrativas de grandes fatos e personagens políticos. É o que chamamos de uma História Política tradicional. Um dos nomes vinculado a esse movimento é Leopold Von Ranke.

Contudo, apesar de seu nome estar ligado à marginalização da história sociocultural, Burke afirma que “os interesses pessoais de Ranke não se limitavam à história política” (Ibidem, p. 18) ao escrever sobre arte, literatura e ciência. Ainda conforme o autor, “sua ênfase nas fontes dos arquivos fez com que os historiadores que trabalhavam a história sociocultural parecessem meros *dilettanti*” (Idem). Entretanto, essa intolerância para o não-político foi fortalecida principalmente pelos discípulos de Ranke em sua busca pela profissionalização, o que contribuiu, assim, para a predominância da História Política entre os historiadores.

Por outro lado, a complexidade do período nos remete também a historiadores com perspectivas diferentes que questionavam o domínio da História Política. Portanto, já havia no final do século XIX, críticos à História Política, que Peter Burke chama de “Antigo regime da Historiografia”. Algumas destas vozes discordantes já se preocupavam em abordar temas mais amplos como, por exemplo, Jules Michelet e Jacob Burckhardt, ao realizarem uma História Social, assim como o próprio Seignobos, que foi uma das vozes de destaque na *Escola Metódica* e ajudou a sistematizar o que conhecemos como crítica interna e externa dos documentos (Cf.: Prost, 2012, p. 53).

Podemos ainda mencionar Karl Marx, na economia e Émile Durkheim e seus estudos voltados para o coletivo. Inclusive, muito do desprezo em relação ao político no século seguinte, se deu devido às fortes críticas da sociologia para as narrativas dos acontecimentos políticos (Burke, 2010, p.22).

Sendo assim, verificamos como a profissionalização da história andou lado a lado com a História Política ao longo do século XIX. Esse campo historiográfico dominou a escrita da história, mas isso não elimina o fato de outros caminhos terem sido também desbravados, principalmente no que se refere à História Social. Comumente chamada de História Positivista, essa História Política tradicional foi alvo de várias críticas, devido ao seu foco em estudos sobre os Estados, as personalidades políticas e os acontecimentos. Entretanto, conforme Antoine Prost, os trabalhos do século XIX, “à luz das evoluções sociais, eles explicavam as transformações das instituições; em suma, tratava-se de uma história, simultaneamente, social e política” (Prost, 2012, 24).

Outra crítica recorrente a esse período era a perspectiva de alguns historiadores em encarar os documentos como verdades absolutas, que bastavam ser descritas. É o que José D’Assunção Barros chama de uma historiografia não problematizadora, “que se comprazia em narrar os fatos ou descrever sociedades” dentro de um recorte espacial e temporal específico (Barros, 2014, p. 53). Ainda segundo o autor, “bastava ao historiador ir aos documentos, que muitos encaravam como meras fontes de informações a serem extraídas pelos historiadores” (Idem). Assim, os documentos oficiais foram valorizados pelo grau de autenticidade que lhes era atribuído. Conseqüentemente a política também ganhou destaque devido ao foco destas fontes serem principalmente os Estados, as instituições, os organismos, as batalhas e as personalidades políticas e militares.

Além do fato de nem todos os historiadores adotarem essa perspectiva, como mencionamos acima, também não podemos ignorar a contribuição destes positivistas e historiadores do campo político em relação ao estabelecimento do método crítico. Por meio destes historiadores positivistas podemos observar se determinada fonte é autêntica ou se foi falsificada e se as informações nelas contidas são verídicas ou distorcidas. A partir disso, levantamos nossas questões em relação aos vestígios. Ou seja, uma perspectiva problematizadora que devemos a *Escolas dos Annales*.

A *Escola dos Annales* foi fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, cujo objetivo era ampliar o campo da história para além da política e adentrar no social e no econômico. Contudo, é importante destacar que não havia, neste primeiro momento, uma recusa à política, o que estes dois historiadores pretendiam era valorizar os estudos sobre o coletivo em detrimento dos fatos heróicos. Ou seja, ampliar a abrangência de temas a serem estudados pela história e não se limitar à dimensão política. A proposta desta “Nova História” era manter um diálogo interdisciplinar da história com outras áreas do saber através de uma metodologia problematizadora.

Essa consiste em não mais encarar os documentos como fontes de informações que precisam ser apenas descritas, mas uma percepção que questiona a própria documentação. Em outras palavras, o historiador passa a duvidar das informações fornecidas pela fonte e lança sobre ela problemas a serem respondidos através de uma confrontação com outras documentações sobre o contexto analisado. Trata-se do que conhecemos como história-problema.

É a partir da segunda geração dos *Annales*, com Fernand Braudel, que a política como campo da história começa a ser marginalizada, encontrando, assim, seu declínio na comunidade francesa ou sob sua influência. Dentre esses estão os próprios historiadores brasileiros, que por muito tempo foram influenciados pela historiografia francesa, por isso nosso destaque para este país. Braudel, inclusive, foi professor da Universidade de São Paulo entre 1935 e 1937. A partir de 1950 as produções universitárias francesas sobre História Política declinaram. P. Lévêque nos traz alguns dados: “em 1961, 41% das teses de doutorado e 40% dos diplomados (para os períodos modernos e contemporâneos) foram consagrados a história econômica e social”, enquanto a História Política foi atingida por um descrédito (Lévêque, 1993, p. 383).

Conforme Prost, “na década de 60, os *Annales* designavam claramente a história a ser rejeitada e que deveria ser feita: por um lado, a recusa a história política, factual, do tempo curto e do período pré-construído” (Prost, 2012, p. 41). Sendo assim, a história-problema de longa duração e serial era aquela valorizada. Mas enquanto os *Annales* davam os primeiros passos para marginalizar temas políticos, os ingleses continuariam a utilizá-los, dentre eles Eric Hobsbawm e Edward Thompson<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm e Edward Thompson tiveram uma importante contribuição para os estudos das temáticas políticas sob perspectiva marxista, nos ajudando a entender o processo de resistência das

A partir do final dos anos 1970 esse cenário começou a mudar. Como nos diz Marc Bloch, o historiador gosta do novo, pois “essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador” (Bloch, 2001, p. 66). Consoante a isso, a própria disciplina passa por transformações, se renova e se moderniza. Desta maneira, verificamos o surgimento do que conhecemos como Nova História Política.

### **A História do Tempo Presente e a Nova História Política: um diálogo intradisciplinar**

Nas décadas de 1970 e 1980, em pleno contexto de Guerra Fria, jovens saíam às ruas contestando estruturas de poder tradicionais. Na Europa vimos o Maio de 1968, nos EUA o movimento de contracultura e dos direitos civis e no Brasil as “Diretas Já” que reivindicavam pelo fim da Ditadura Civil-Militar e retorno da democracia, além do processo de independência das colônias africanas e asiáticas. Esses são alguns exemplos que demonstram a política sendo praticada nas ruas.

Diante deste cenário, historiadores estavam em alerta, pois uma demanda social começou a crescer, entre seus contemporâneos, por explicações para estas questões políticas tão próximas de suas realidades. Em outras palavras, os historiadores eram cada vez mais solicitados a explicar os fenômenos sociais e políticos à sua volta, por indivíduos que estavam inseridos nestes meios, fosse de forma ativa ou passiva. Desta maneira, o historiador assume o que François Bédarida chama de *função social do historiador* ou *responsabilidade na sociedade* (Bédarida, 2005, p. 227).

Uma imagem que bem representa essa ideia é a pintura *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee (1897-1982). Essa imagem foi doada a Walter Benjamin que se inspirou nela para escrever uma de suas “Teses sobre o conceito da história” (1940). Para Benjamin, o “Anjo da História” é aquele que é impelido em direção ao futuro, mas com os olhos voltados ao passado. Ele não consegue ver o que vem, mas o que passou, e a partir desta percepção, tenta “prever” o que lhe aguarda, para onde é direcionado, o futuro.

---

classes subalternas contra o poder legal. São pesquisas sobre consciências políticas, “teatros do poder”, rituais políticos e protestos populares (Barros, 2012).

Nesta obra de arte, o anjo parece assustado com aquilo que ele olha fixamente (o passado), enquanto suas asas estão abertas pelo que parece ser um vento que o leva para o futuro. Esta força o impede de tentar recompor os fragmentos das ruínas que são deixadas para trás. Estas ruínas são os acontecimentos sombrios, causados pela opressão que Benjamin vivenciou com o regime nazista e sua onda de perseguição e morte. Nas palavras do próprio Walter Benjamin sobre o *Angelus Novus* de Paul Klee, “essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (Benjamin, 1994).

Assumindo essa função, François Bédarida foi um dos fundadores do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) na França, em 1978. Em um diálogo com trabalhos voltados ao que chamamos de Nova História Política, a História do Tempo Presente se institucionalizou como campo historiográfico diante das demandas sociais do período. Contexto esse de manifestações populares contra as estruturas de poder tradicionais e autoritárias, o que levou a uma necessidade social em entender como os regimes opressores chegaram ao poder e se mantiveram.

Na França, por exemplo, estudos políticos evitavam temas sensíveis como o governo de Vichy (1940-45) e seu colaboracionismo com o nazismo. Desta forma, a História do Tempo Presente nasceu contestando esse silêncio, para procurar compreender como a sociedade francesa agiu diante da ocupação do Terceiro Reich. Conforme Pieter Lagrou, após a Segunda Guerra Mundial, se manteve por mais de 30 anos uma tradição na historiografia dominada pela *Escola dos Annales*, que procurou “evitar a história recente e de desprezar a história política” (Lagrou, 2013, p. 03).

Ainda segundo o autor, mesmo adotando uma visão progressista e, por vezes, socialista, muitos destes historiadores franceses procuravam compreender as estruturas e as mentalidades. Desta forma, o político, a curta duração e o passado recente foram marginalizados:

Se tratava da convicção de que, em se analisando as estruturas profundas da sociedade em sua perspectiva de longa duração, mais precisamente as estruturas de desigualdade e de dominação, das quais o historiador tinha um papel crítico, muitas vezes um papel de propor soluções para remediar as injustiças inerentes à essas estruturas, um papel de emancipação, para somente então haver uma compreensão de todo este processo. Para àqueles adeptos à corrente dos Annales, esta

idéia se respaldava na confiança de uma maleabilidade da sociedade, na idéia de que o intelectual, pela força de sua análise e pela força de sua proposição, podia intervir nas estruturas da sociedade (Ibidem).

Percebemos que, além de uma necessidade social, houve também uma demanda historiográfica que pavimentou o caminho da História do Tempo Presente e da História Política. A historiografia que predominou no século XX se afastou de eventos de natureza política, diplomática e militar, enquanto caminhava em direção aos estudos sobre o econômico, a sociedade, a cultura e a mentalidade. Segundo Hugo Fazio Vengoa, foi uma operação historiográfica que minimizou a importância do evento e atribuiu valor aos processos, as estruturas e as relações sociais, adotando uma perspectiva global (Vengoa, 1998, p. 48-9).

Desta forma, historiadores adeptos aos *Annales* associaram a História Política aos eventos e as formas tradicionais de escrever história, como era feita pelos positivistas no século XIX. Ou seja, a História Política foi relegada ao segundo plano entre os historiadores. Contudo, ao final do século XX houve uma mudança de curso quando a História Política foi renovada. Os estudos abrangeram “temas como eleições, partidos, opinião pública, mídia e política, levando-os a estabelecer um diálogo fecundo com a ciência política, a antropologia e a sociologia” (Vengoa, 1998, p. 49, Tradução Nossa)<sup>2</sup>.

Portanto, para Vengoa, a Nova História Política internalizou “os ‘avanços’ que a historiografia contemporânea fez em outros campos” (Vengoa, 1998, p. 49, Tradução Nossa)<sup>3</sup>. Foi um processo que possibilitou ao campo se desconectar das formas tradicionais, voltadas apenas para os acontecimentos, mas que manteve as regras e os objetivos da *Escola Metódica* e da *Escola dos Annales* em utilizar documentos, aplicar a crítica e levantar problemas sobre as fontes. Era uma Nova História Política, que se voltou para processos e estruturas.

Essa renovação ocorreu diante da necessidade dos historiadores trabalharem com questões contemporâneas em sociedades modernas e industrializadas, que fazem um amplo uso das mídias. Esses meios de comunicação levaram a um aumento

---

<sup>2</sup> “El interés de muchos historiadores se desplazó hacia temas tales como las elecciones, los partidos, la opinión pública, los medios y la política, lo que los llevó a establecer un fecundo diálogo con la ciencia política, la antropología y la sociología (...)”

<sup>3</sup> “(...) todo lo cual redundó en que la historia política interiorizó los “avances” que la historiografía contemporánea había cosechado en otros campos”.

substancial de documentos, que possibilitou o que Vegoa chama de superação do “trauma” dos arquivos (Idem). Em outras palavras, um crescimento da massa documental de situações relacionadas ao nosso presente, aumentando, assim, o interesse dos historiadores em estudar problemas mais imediatos.

Imediatos não estamos nos referindo a uma História Imediata. Não se trata de pensar como um tempo cronológico, mas como uma abordagem. Esse tempo presente que se mistura com o passado e vice-versa, pois é o passado que não passou. O sentimento de uma temporalidade única. François Dosse nos mostra como o presente não está situado de forma contínua entre o passado e o futuro, mas como uma lacuna entre estes tempos em que o historiador do tempo presente procura analisar (Dosse, 2012, p. 20).

Isso não significa que o historiador ignora o passado. O que defendemos é que “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (Ibidem, p. 05). Ou seja, a história procura compreender como eventos do passado ainda são vividos no tempo presente. Como o passado é um tempo que não passou, ele é um tempo presente. Portanto, o passado não se desloca do presente com datas em suas margens, o passado é como afluentes que correm o curso do tempo e tocam o presente.

Sendo assim, observamos como a História do Tempo Presente carrega reflexões para a historiografia em sua totalidade. Assim como a “Persistência da Memória” (1931) de Salvador Dalí (1904- 1989), em que passado, presente e futuro, representados pelas figuras dos relógios “deformados”, não são sólidos como a rocha da paisagem, o tempo presente não é um período cronológico adicional. Conforme Dosse, “o conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo” (Ibidem, p. 11). Em outras palavras, eventos que não presenciamos ainda podem ser contemporâneos a nós no tempo presente. Isso demonstra como “o historiador do tempo presente pensa a história não através da cronologia, porém através de processos que se desdobram nas memórias das sociedades” (Ricon; Schurster, 2012, p. 77).

Como exemplo, podemos observar as discussões e as disputas de narrativas em torno da Ditadura Militar brasileira. Alguns grupos, dentre eles a historiografia oficial, afirmam que 1964 foi um golpe que instaurou um regime autoritário no Brasil.

Entretanto, outros grupos, dentre eles, parte dos militares, tentam construir uma leitura de revolução e estabelecimento da ordem. Ou seja, diferentes leituras sobre eventos do passado ainda estimulam debates e conflitos entre setores sociais após mais de 50 anos do golpe.

Consoante a esta ideia do tempo vivido, Julio Aróstegui afirma que “o tempo presente nunca é um período. A verdadeira questão é, portanto, articular uma forma de tratamento histórico do presente que seja, por definição, uma construção social e cultural (Aróstegui, 2004, p. 56, Tradução Nossa)<sup>4</sup>. Ou seja, o tempo presente não precisa iniciar com uma determinada data e mesmo não vivendo cronologicamente certos acontecimentos, podemos “presenciá-los” diante de questões surgidas em nossa contemporaneidade. Sendo assim, qualquer forma de representação por ser produzida no presente há um olhar para o passado carregado de concepções contemporâneas. É como Henry Rousso nos fala que em uma dada sociedade e em um dado momento diversos tempos sociais coexistem, porque contemporâneo de alguém não significa somente compartilhar o mesmo período (Rousso, 2012, p. 05).

Essa discussão sobre o que entendemos como presente, isto é, um tempo vivido e não cronológico, nos ajuda a entender o processo de renovação da História Política. Esse campo é comumente associado aos acontecimentos de curto prazo, e os estudos desses foram colocados em segundo plano pela historiografia que valorizava os processos e as estruturas. Para Fernand Braudel, poderíamos dividir o tempo histórico em termos de curta (acontecimentos ou eventos), média (conjunturas) e longa duração (estruturas e processos). Ainda para este autor, o historiador deve partir da longa duração – culturas e mentalidades - até chegar a curta duração – o político.

A História do Tempo Presente inverte essa lógica. Partindo dos “acontecimentos monstros”, ou seja, eventos catastróficos que marcam o antes e o depois de certos processos, podemos compreender os sistemas, as estruturas e os fenômenos. Como afirma Pierre Nora, “o acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-lo para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema” (Nora, 1976, p.191). Desta maneira, podemos interpretar e questionar as condições e consequências dos acontecimentos na sociedade.

---

<sup>4</sup> “El tempo presente nunca es un período. La cuestión real es, por tanto, la de articular una forma de tratamiento histórico del presente que es, por definición, una construcción social y cultural”

Os eventos não se restringem a datas, e sim aos seus alcances nas vidas dos homens e das mulheres.

O acontecimento, portanto, é a maior expressão de um processo de longa duração, o tornando em evidência, pois ao longo do tempo estava imperceptível. Ele torna inteligível processos que foram percebidos graças às rupturas ocasionadas pelos “acontecimentos monstros”. Essa duração é o tempo vivido, não do relógio. Em outras palavras, “*duração* significa o tempo vivido, o tempo experimentado, o sentimento subjetivo de agir e escolher e dos limites que pressionam a ação e a escolha” (Vengoa, 1998, p. 53, Tradução Nossa)<sup>5</sup>. Ainda conforme o Vengoa, o “curto tempo deve ser percebido como um momento de condensação de uma conjuntura, na qual ele se inscreve infalivelmente e é entendido como um momento de aceleração de longa duração, ou seja, um processo” (Ibidem, p. 54, Tradução Nossa)<sup>6</sup>. Sendo assim, a partir do político (curta duração) podemos compreender os fenômenos, as estruturas e os processos sociais e culturais. Podemos chegar a uma cultura política.

### **História Política: modos de fazer**

Após compreendermos como ocorreu o processo de renovação da História Política, partiremos para questões metodológicas. Para demonstrar como essa Nova História Política é voltada para compreender as organizações sociais, as massas e a longa duração, partindo dos acontecimentos de curta duração, René Remond organizou uma obra intitulada *Por uma História Política* (1988). O autor faz críticas aos *Annales* pela marginalização ao político, mas também demonstra aspectos que constituem esse campo historiográfico, suas regras e seus objetivos.

Adotando os métodos oriundos da *Escola dos Annales*, como a história-problema, a interdisciplinaridade e o confronto de fontes, a Nova História Política está voltada aos diversos campos, meios e grupos sociais. Ou seja, se afasta da imagem de um campo preocupado principalmente com personalidades governamentais, militares,

---

<sup>5</sup> “*Duración* significa el tiempo vivido, el tiempo experimentado, el sentimiento subjetivo de actuar y elegir y de los límites que presionan la acción y la elección”.

<sup>6</sup> “El tiempo corto debe percibirse como un momento de condensación de una coyuntura, en la cual indefectiblemente se encuentra inscrita y entendiendo ésta como un momento de aceleración de una larga duración, es decir, un proceso”.

diplomáticas, ou ainda com aparatos burocráticos, e procura investigar outras formas de agir politicamente. Uma história voltada também para a sociedade. Nesta perspectiva, o político transita de um campo a outro de forma dinâmica e flexível. Ele pode estar presente nas ruas, nas mídias, nas guerras, nas eleições, nos partidos, entre outros ambientes.

Certas discussões da sociedade, a depender da época e do contexto, podem ou não abarcar o político. Neste campo historiográfico é percebido o político além do Estado, adotando, assim, uma perspectiva global. Segundo René Rémond, “o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado (...). Ora ele se retrai ao extremo” (Remond, 2003, p. 442). O político perde suas fronteiras e passa atuar em um campo ampliado.

Isso evidencia como é fundamental diferenciar *a política do político*, tarefa realizada por Pierre Rosanvallon em *Por uma história do político* (2010). Conforme o autor, *o político* é uma ação coletiva, “é uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política” (Rosanvallon, 2010, p. 73). Tal estudo procura envolver *o político* em toda sua complexidade, isto é, buscar uma História Política total. Ainda segundo o autor, é ir “além do campo imediato da competição partidária pelo exercício de poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições” (Idem) que seria *a política*. Desta forma, *o político* é a análise das tramas, dos conflitos e das tensões cotidianas entre pessoas ordinárias, mas em torno de contextos e dos acontecimentos históricos.

O político está presente em diferentes segmentos da sociedade que não sejam necessariamente o Estado, não se reduzindo, assim, aos objetos tradicionais utilizados no século XIX. Não se trata de marginalizar os estudos sobre os Estados, as instituições, os governos e as batalhas, ou até mesmo de indivíduos específicos. O que observamos é uma abrangência de temas e abordagens, pois as ações governamentais, estatais, diplomáticas e militares não estão isoladas em uma “torre de marfim”, elas estão articuladas com a sociedade, com o coletivo e suas transformações.

Entende-se que nas relações de poder, as pessoas obedecem tanto por coação física e simbólica como por interesses e estratégias. O poder não é somente repressão é também uma trama social. Não refere somente a uma única pessoa, pois é uma relação

de troca. São interações múltiplas que buscam legitimidade. Portanto, identificamos o político no cotidiano envolvendo conflitos e busca por interesses entre diferentes segmentos sociais. É o que Ciro Flamarion Cardoso fala em reconhecer o poder como um mecanismo “funcional para a coesão social, mas também para os interesses específicos dos grupos que o detêm, e por esse motivo, ao tratar do poder é mais realista considerar centralmente o conflito (Cardoso, 2012, p.37-54).

Como exemplo podemos citar o trabalho de Maria Helena Capelato intitulado *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo* (1998). Por meio de uma abordagem comparativa, a autora analisa dois regimes políticos, autoritários e populistas que marcaram o século XX no Brasil e na Argentina, o governo brasileiro de Getúlio Vargas (1934-1945) e o argentino de Juan Domingo Perón (1946-1955). A perspectiva adotada pela autora, para investigar formas de exercer poder destes chefes políticos sobre a sociedade, é análise da propaganda política. Assim, Capelato analisa os mecanismos, as estratégias e os alvos destes regimes para tentar alcançar legitimidade política frente às suas respectivas nações. Ou seja, um trabalho que traça uma trama política que envolve Estado, governo e diferentes grupos sociais, como funcionários dos meios de comunicação, por exemplo, e suas variadas formas de exercer poder simbólico.

Este é um exemplo de trabalho que nos ajuda a pensar a cultura política, que nos casos referidos seriam o próprio varguismo e o peronismo. Para Serge Berstein, na cultura política há elementos de um determinado grupo com representações, normas, valores, leituras da realidade, certas percepções do passado e perspectivas de um futuro (Berstein, 1998, p. 353). Esses códigos pertencem a um conjunto social. A cultura política é abstrata e pode flutuar entre diversos grupos de culturas diferentes. Sendo que as características que se fazem mais presentes são da cultura política dominante.

O surgimento de uma cultura política é um processo lento e de longa duração. Até se tornar presente e estruturada na sociedade são necessários, em alguns casos, séculos, isso porque elas surgem ousadas e inovadoras. São necessários mecanismos que façam ela se tornar presente e legitimada entre os indivíduos, nos diversos espaços como a família, a escola e os meios de comunicação, por exemplo. Para se firmar como uma cultura política também é necessário se adequar à organização social, para criar ideias e práticas que possam estar em conformidade com as necessidades da sociedade.

Para isto, cada cultura política sofre influências de outras, assim como também as influencia.

Ainda segundo Berstein,

A acção é variada, por vezes contraditória, é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por serem interiorizados e que os tornam sensíveis à recepção de ideias ou à adopção de comportamentos convenientes (Ibidem, p. 357).

No exemplo que apresentamos acima, a propaganda política exercida pelo varguismo e pelo peronismo tinha como objetivo legitimar ações de poder desses regimes, por meio de representações. Em outras palavras, meios de comunicação como rádio, jornais e cinema, ou ainda instituições como a escola, eram utilizadas como ferramentas de difusão de ideias da cultura política dominante. Desta forma, tentava-se transmitir para suas respectivas sociedades visões de mundo, ideias, comportamentos e mentalidades defendidas pelas culturas políticas do varguismo e do peronismo.

Tal processo de convencimento perpassaria pela representação. A cultura política envolve a vida comum e, para Pierre Rosanvallon, no cotidiano há um entrelaçamento das práticas e das representações, sendo essas responsáveis pelas ações dos indivíduos que compõem a sociedade (Rosanvallon, 2010, p. 87). Esse processo não ocorre em uma única direção, são trocas e variáveis conforme os interesses. A cultura política tem dimensões coletiva e individual: estes indivíduos sofrem influência de outras culturas, fazendo escolhas e se orientando politicamente. É um processo dinâmico, que inclui, inclusive, resistências a uma cultura política dominante. Segundo Ciro Flamarion Cardoso,

Percebe-se, então, que uma mesma cultura política possa comportar nuances e subdivisões em função de interiorizações seletivas provindas de processos de socialização que também favorecem o surgimento de variantes, algumas das quais podem ser categorizadas em termos de gerações (Cardoso, 2012, p.37-54).

Sendo assim, observamos como o varguismo e o peronismo se caracterizavam como culturas políticas que utilizavam dos meios de comunicação e das instituições para propagar representações, normas e valores defendidos por estes regimes. Contudo, isso não excluiu a existência de outras culturas políticas que também atuavam durante o período. Como exemplo, podemos citar os comunistas e os integralistas. Ambos os grupos disputavam, com o governo, espaços na sociedade para inserção de suas culturas políticas, ou seja, suas representações, normas e valores.

Portanto, podemos definir cultura política, conforme José D'Assunção Barros, como um “conceito que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas” (Barros, 2012, p. 31). Uma articulação entre História Política e História Cultural com outras áreas do saber, como sociologia, antropologia e psicologia, que estão inseridas nesta interlocução.

Esse é um processo em que identificamos um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos cujo objetivo é criar uma ordem e significados aos processos políticos. A consequência são os comportamentos dos atores sociais influenciados por essas regras e representações, uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto. Isso evidencia como o historiador constrói seu objeto de estudo em um campo comum entre o político e o cultural.

Neste cenário, observamos como o enfoque no poder é o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política. O poder se insere em diversas camadas da sociedade e na vida cotidiana, podendo ser exercido não somente pela força, mas também por discursos e narrativas que procuram “justificar seus atos como a síntese dos anseios de todos os grupos sociais que o compõem” (Silva; Silva, 2020, p 336). Desta forma, indivíduos comuns tornam-se parte das relações de poder, não somente como agente passivos, mas também ativos, uma “História vista de baixo” em um diálogo com a História Social. Ou seja, podemos observar fenômenos culturais e sociais a partir da ótica das relações de poder em que as massas anônimas ou sujeitos ordinários também exercem poder, não estando este restrito a uma pequena elite ou ao Estado.

É o que José D'Assunção Barros chama de “Teatro do poder”, isto é, um “teatro social no qual todos ocupam simultaneamente a função de atores e espectadores”

(Barros, 2012, p. 28). Assim, a História Política abrange a noção de poder para as mais diversas camadas, grupos e movimentos sociais. São micro poderes que podem ser exercidos nas escolas, nas igrejas, nas famílias, nas relações de gênero, nas instituições, nas ruas etc. Isso nos possibilita entender a sociedade através do “poder”.

Dito isto, podemos voltar ao exemplo do trabalho de Capelato. Assim como o Estado possui o hegemonia das forças físicas e simbólicas e utiliza disso para provocar as paixões das massas, essas não podem ser encaradas como simples “marionetes”. A população adere a certos discursos e narrativas dessa cultura política dominante à medida que há uma política conciliatória de trocas de favores. Segundo a autora, muitos jornalistas e profissionais de rádios adotaram a política de Getúlio Vargas em troca da regulamentação de leis trabalhistas que favoreceram a classe. Portanto, ainda conforme a autora, “a propaganda política só reforça tendências que já existem na sociedade”, o que nos leva a “contestar teses que insistem na onipotência dos meios de comunicação no que se refere ao controle das consciências” (Capelato, 1998, p. 97). Isso evidencia que por mais autoritário e repressivo que seja determinado regime, ele não consegue formar uma “opinião única”.

Isso demonstra como o poder atravessa variados segmentos sociais que se articulam. Conforme Peter Burke, “uma das implicações dessa nova abordagem é que o termo ‘política’ deve ser ampliado, para abranger os aspectos informais do exercício do poder” (Burke, 2012, p. 124). Desta forma, observamos como o Estado e as elites políticas podem ser hegemônicas, mas não detêm o monopólio do poder. As massas e os movimentos populares praticam ações de poder em seu cotidiano, podendo, inclusive, resistir ao poder hegemônico. Assim como símbolos e práticas não são impostos sobre um produto bruto, mas negociados e, em alguns casos, até mesmo gerados espontaneamente entre a sociedade civil.

Essa sociedade civil é composta tanto pelo Estado como por instituições que compõem a esfera pública. Assim, a família, a escola, o trabalho, as ruas, os locais de sociabilidade como cafés e bares, por exemplo, entre outros, são espaços de formação da esfera pública. Nesses ambientes são travados debates, criados e reproduzidos hábitos, costumes, comportamentos e narrativas. Ou seja, diferentes culturas políticas se entrecruzam mesmo diante de uma cultura política dominante. Portanto, somos todos indivíduos políticos.

## Considerações finais

Com este texto procuramos traçar algumas noções básicas do que se constitui como História Política e suas mudanças como campo historiográfico. Não temos a pretensão de esgotar o debate em um texto de caráter introdutório, por isso os autores aqui referenciados podem servir de caminho para aprofundar o tema. A partir desse diálogo observamos como a História Política é um campo que passou por diversas transformações. Apesar da história ter surgido na Antiguidade já voltada para questões políticas, somente no século XIX temos a formação de um campo historiográfico.

Durante os últimos dois séculos a História Política saiu de um *status* que poderíamos classificar como de hegemônico entre as pesquisas historiográficas, passou por um declínio ao longo do século XX e a partir das críticas e da modernização da própria história se constituiu como um campo renovado. Tal renovação ocorreu em um diálogo intradisciplinar com a História do Tempo Presente, diante de uma demanda social e historiográfica de entender os fenômenos políticos que ocorrem na contemporaneidade. Assim, a História Política saiu de uma perspectiva factual e inseriu o acontecimento numa perspectiva da longa duração, em um diálogo com outras áreas do saber, como as ciências políticas, a sociologia, a antropologia, as relações internacionais, entre outras. Ou seja, uma interlocução entre o político com o econômico, o social e o cultural.

Nessa perspectiva, a História Política não se restringe às esferas estatais e institucionais. É percebida no contexto das relações de poder que permeiam os mais diversos ambientes sociais, no cotidiano e entre indivíduos ordinários. Por mais que o Estado e as elites detenham o poder enquanto força, somente essa dimensão não define sua política. São utilizadas também estratégias para tentar legitimar suas ações por meio de discursos e ideias propagandeadas. Contudo, a sociedade civil não é apenas receptora, ela é também agente. Existem negociações e resistências nestas tramas.

Isso nos demonstra a importância de estudarmos História Política. A partir destes estudos é possível identificarmos as formas autoritárias de poder, assim como resistir a essa opressão. Ao compreendermos que a política está em nosso cotidiano, podemos, como professores, historiadores e intelectuais, construir uma geração mais

democrática e humana nas relações de poder. Portanto, assumimos a função do “*Angelus Novus*”.

### Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **La Historia Viva: sobre la Historia del Presente**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, José d'Assunção. História social e o retorno do político. In: MATTOS, Júlia S., SCHURSTER, Karl, SILVA, Giselda Brito. **Campos da Política: discursos e práticas**. São Paulo: LP Books, 2012, p.10-47

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. **Usos & Abusos da História Oral**. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.219-232

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol I: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: A revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. 2º Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.37-54.

CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento: Florianópolis**, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa Depois de 1945 – Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica **Boletim do Tempo**, Ano 4, nº 15, Rio de Janeiro, 2009.

LÉVÊQUE, P. História Política. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

NORA, Pierre. O retorno do fato. LE GOFF, J. NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976, p.179-193.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICON, Leandro, SCHURSTER, Karl. A história política e a história do Tempo presente: caminhos e intercessões. In: MATTOS, Júlia S., SCHURSTER, Karl, SILVA, Giselda Brito. **Campos da Política: discursos e práticas**. São Paulo: LP Books, 2012, p.64-81.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Trad.: Christian Edward. Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. Trad.: Maria Lacerda de Moura. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores.

ROUSSO, Henry. The Last Catastrophe. **Cadernos do Tempo Presente**, mar.2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2755>

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2020.

VENGOA, Hugo Fanzio. La historia del tempo presente: una historia en construcción. **Historia Crítica**, n.17, Jul-dic.1998, p.47-57.